



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 17/2017

Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcouthim

Realizada em 13 de setembro de 2017

----- Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e dezassete, nesta Vila de Alcouthim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

-----Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O senhor presidente da Câmara iniciou o período antes da ordem dia para manifestar o seu regozijo na forma como decorreram as celebrações do Dia do Município e informar que a extensão de saúde de Vaqueiros reabriu no passado dia 29 de agosto conforme previsto, não se realizando nenhuma inauguração. Ainda no âmbito da saúde concelhia, informou que a Médica afeta à extensão de saúde de Martim Longo encontra-se de baixa médica por 30 dias, pelo que já atentou junto à

R

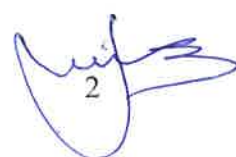
Administração Regional de Saúde do Algarve (ARSA Algarve) para que seja repostos, com toda a brevidade, um novo médico naquela extensão de saúde. ---

----- O vereador Paulo Paulino solicitou a palavra para se referir às festas de Alcoutim e à forma dedicada que todos os técnicos e operacionais demonstraram na execução das mesmas, salientando ainda a novidade que foi introduzida este ano nestas festividades referindo-se ao “Embarque na Festa” que se traduziu no transporte realizado entre as sedes de Freguesia e a Vila de Alcoutim de forma a prevenir acidentes motivados pelos eventuais excessos de consumo de álcool, sendo sua intenção ser uma medida a replicar nos anos futuros derivado ao sucesso alcançado medido pela aderência que teve. Terminou a sua intervenção referindo-se às Festas de Martim Longo, nomeadamente à prova de atletismo que reuniu mais de 150 atletas registando com este número um acréscimo de 30% em relação ao ano transato. -----

----- A vereadora Dalila Barros solicitou esclarecimentos sobre o valor da adjudicação feita à SMART CONNECT, LDA, sendo esclarecido pelo presidente da Câmara coadjuvado pelo vereador Paulo Paulino que se trata da modernização administrativa e da disponibilização da rede WI-FI ao público em geral junto ao novo Espaço Gerações em Martim Longo, à Casa dos Condes, Centro Náutico e Praia Fluvial. -----

----- A vereadora continuou no uso da palavra para referir o seguinte: *“Começámos mal e vamos acabar mal, há um provérbio que diz quem nasce torto, tarde ou nunca se endireita”. Uma vez que solicitou em reunião de 23/08/2017, última reunião de câmara, cópia da fatura no valor de 4000 euros, referente ao pagamento do gradeamento colocado em Laranjeiras e não foi entregue conforme solicitado. E mais uma vez o estatuto do direito da oposição não foi cumprido. Relativamente à situação do médico do centro de saúde mais uma vez referiu ter razão e que a situação não se ia resolver, e como se vê ela não se vai resolver, o senhor fala que vai arranjar outro tipo de revindicação, há muito tempo que já o devia ter feito, e é lamentável que não o tenha feito antes. Talvez hoje, não estivéssemos nesta situação.* -----

----- Ainda no uso da palavra voltou a referir que a colocação das brochuras no site da autarquia ainda não foram recolocadas ao fim dos seus quatro anos de mandato. -----


2

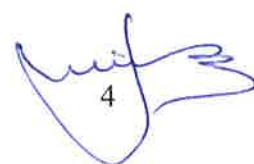
R

----- Sobre a desertificação, a vereadora Dalila Barros referiu que sobre esta matéria, o Executivo permanente não adotou nenhuma medida para inverter esta situação, pondo assim em risco o futuro do Concelho. Fez referencia a uma notícia exibida nos Órgãos de comunicação na qual refere que o Concelho de Alcoutim é o mais desertificado do País. -----

----- O vereador José Pereira iniciou a sua intervenção para apresentar desculpas pela sua ausência nas comemorações do Dia do Município, que por motivos profissionais foi-lhe impossível estar presente. Continuou no uso da palavra para se referir à não inauguração da extensão de saúde de Vaqueiros, realçando o tratamento diferenciado no que concerne à Avenida de Martim Longo, uma vez que pela explicação que foi dada, a mesma não foi inaugurada porque já estava a ser utilizada. Quanto ao programa “Embarque na Festa”, considera uma boa medida, contudo, por ser tomada apenas no último ano de mandato pode a mesma ter uma leitura populista e eleitoralista. E continuou para proferir o seguinte discurso: *“A politica de saúde que os senhores adotaram e que contratualizaram no concelho de Alcoutim, não é mais que uma manta de retalhos, e isso tem se passado ao longo do tempo. É uma ideia que desde a primeira hora que a defendo, e está-se a revelar, chegamos ao fim de 4 anos, e estamos, como a vereadora referiu, muito pior que que estávamos há 4 anos atrás, mas muito pior, e com o encerramento da extensão de saúde de Vaqueiros, em outubro em 2013. Mas neste momento estamos muito pior, há algum tempo que nós condenamos a politica de saúde que protocolaram com o Presidente da ARS de Saúde, já temos dito isto dezenas de vezes, é um erro porque estamos a tirar serviço publico às populações, sempre dissemos que essa não era a melhor solução, sempre dissemos que concordamos com um médico e um enfermeiro na unidade móvel de saúde, mas não um médico e um enfermeiro, na unidade móvel de saúde do serviço publico, à semelhança do que se fez noutros concelhos. Sempre defendemos que devia ser contratualizado um médico e um enfermeiro do privado, e aí sim, o senhor teria mais um médico e mais um enfermeiro no concelho, aí sim, e o que o senhor fez, foi retirar um médico e um enfermeiro do serviço público, e o que constatamos agora, senhor presidente, é que o tempo dá-nos razão. Deve estar a fazer aquilo que é melhor para o concelho, mas agora chego à conclusão que não. Que aquilo que eu*



defendia, na minha opinião, é o que está mais correto. Não é o ideal, mas é o mais correto. Neste momento, senhor Presidente, não temos médico, no centro de saúde de Alcoutim nos períodos da tarde, e muitas vezes nos períodos da manhã. O centro de saúde de Alcoutim encerra muitos dias por falta de médico, a extensão de Martim Longo só já tem médico 3 dias por semana, quando tem. Agora atingimos o caos, a senhora cansou-se com o sistema que está instalado, e não quer prestar mais serviços em Alcoutim. Isto é a voz corrente que há em Martim Longo, em Vaqueiros e no concelho de Alcoutim, porque segundo se consta era também essa senhora que iria fazer serviço para Vaqueiros, e para Alcoutim. Esgotou. Mas quando isto acontece, esse médico ou falta no centro de saúde de Alcoutim, ou falta na unidade móvel. Volto a dizer e a repetir-me, as vezes que forem necessárias, a mesma pessoa não consegue estar em dois sítios ao mesmo tempo. Portanto senhor Presidente, está a ser prestado um péssimo serviço de saúde no concelho de Alcoutim, ao contrário daquilo que o senhor diz. O senhor diz que a saúde em Alcoutim, melhorou, quando falo da saúde, falo dos serviços de saúde, nos cuidados de saúde prestados aos munícipes. Portanto caro presidente pergunto-lhe, mais uma vez, olhos nos olhos, tem ou não conhecimento que o centro de saúde de Alcoutim tem encerrado por falta de médico? É claro que tem. Tem ou não conhecimento que a extensão de saúde de Martim Longo tem encerrado por falta de médico? Tem ou não conhecimento que o serviço de saúde que se efetua na unidade móvel de saúde é pago, a peso de ouro, à Cruz Vermelha, tem tido falta de médico? Se esta é a politica correta e se esta é a politica de saúde que o senhor quer para o concelho? Já se questionou porque é que os médicos entram de baixa? Os médicos faltam? Acho que devia fazer essa reflexão, mas se não a quiser fazer eu digo-lhe porquê. Senhor Presidente, como já referi atrás, os médicos neste momento, dois médicos são pouco para Alcoutim. Quando falo em Alcoutim falo no concelho. Os médicos estão sobrecarregados e não aguentam, razão das baixas, voz corrente no dia-a-dia em Martim Longo. Por muito que o Dr. Tavares queira não consegue acudir a todos os altares. Mas digo-lhe mais, senhor presidente, o senhor não reconhecer que errou nesta política que assumiu para o concelho em termos de saúde, não quer reconhecer que temos razão, em relação ao protocolo que estabeleceu com a ARS. Que o estabeleça,


4

sim senhora, para outras atividades, eu estou cá na primeira hora para o defender. Agora nisto que protocolou, retirar um médico do serviço nacional de saúde, para a unidade móvel de saúde, foi um erro. O senhor não quer reconhecer que é melhor contratar, um médico no privado. Desculpe eu estar sempre a referir isto, mas enquanto isso não acontecer, ou enquanto não vierem mais médicos para o serviço de saúde publico em Alcoutim, esta é a melhor solução. E o senhor não quer admitir que deve contratar um médico para a unidade móvel de saúde e libertar o médico da ARS, para efetuar o serviço completo das 8 ou mais horas. Aí o senhor minimiza o problema. Agora o senhor tem um problema criado, não tem médico em Martim Longo, não tem médico em Alcoutim, não tem médico na extensão de saúde de Vaqueiros e não tem médico na unidade móvel. Estamos a falar de dias intercalados. Mais grave, não sei se já o puseram ao corrente, se não, temos uma médica em Martim Longo, como temos em Alcoutim, como temos em Vaqueiros. Falo da de Martim Longo, três dias por semana, um dia para diabéticos, um dia para crianças, sobra um dia, um dia para prestar todo o serviço". -----

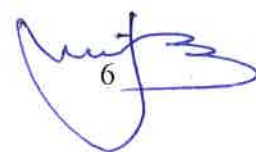
----- O presidente não concordou com as afirmações proferidas, referindo que nos dias específicos para os diabéticos e crianças também são atendidas outras pessoas, pelo que o vereador continuou: "O Dr. Tavares, dava 40 ou 50 consultas por dia. Neste momento isso não acontece, em dia de diabéticos, é os diabéticos, e depois as vagas, em dia de crianças, é as crianças, e depois as vagas. Estamos a falar de uma população só de Martim Longo com 1000 utentes. Mais grave ainda que isso, é que muita gente se esquece, que os serviços de saúde, não são só dar consultas. São mais serviços, e neste momento constata-se, são pessoas a reclamar e com razão. Se nós quisermos, renovar a carta de caçador, ou o uso e porte de arma, ou a carta de condução, precisamos de um atestado médico, do médico de família, e neste momento não se consegue. Porque falta o médico no centro de saúde de Martim Longo, falta o médico de família. Portanto senhor Presidente não é só o problema da falta das consultas, tem uma envolvência toda muito grande. E para terminar, gostava de lhe dizer que o que acabei de referir, e a solução que apontei, não é a melhor solução, todos sabemos que não é, queria um médico em cada extensão de saúde e no centro de saúde, e um médico na unidade móvel de



P

saúde, assim estava o problema minimamente resolvido. Não o conseguindo deixe de andar atrás da ARS, uma vez que a ARS olha aos números, aos rácios, e estamos a ser prejudicados pelos números, e pelos rácios, sempre. Temos o problema, temos que o resolver, neste momento, quer o senhor queira, quer não, aquilo que se assumiu prejudica os munícipes de Alcoutim. Peço que reconsidere e tenha em atenção às nossas pretensões.” -----

----- O presidente em resposta referiu que:” Aquilo que o senhor Vereador acaba de dizer, mais de 75% coincide com aquilo que é a minha preocupação, coincide com palavras que já foram ditas. Agora aquilo que eu também gostaria de dizer é o que manifestamente já foi declarado da sua parte por variadíssimas vezes, e que tudo aponta, quando corre mal, para o protocolo com a ARS, referente ao protocolo com a unidade móvel, tudo aponta para aí. Portanto aquilo é o causador de todas as desgraças que existem aqui no concelho na falta de médicos, e eu quero repudiar essa sua ideia. Respeito a sua opinião, contudo gostaria que respeitasse também a minha. Considero que o grande problema que temos é a falta de atenção por parte da tutela, que não olham para nós com os olhos que deviam olhar. Continuo, e continuarei a manifestar junto de quem gere os recursos do ministério da saúde. Vou continuar a manifestar a necessidade de reforçar os serviços de médicos em Alcoutim, em Vaqueiros e em Martim Longo. Vou continuar a insistir, e isto é uma alteração que com certeza terá que acontecer em curto prazo, nomeadamente que seja revogada, a alteração que foi feita com a junção da freguesia de Cachopo ao concelho de Alcoutim, para agrupar um numero suficiente de utentes, que justificassem dois médicos, e que desde a primeira hora, nos estão a prejudicar. Quero ainda referir que os assuntos em discussão são da tutela da ARS e não do Presidente da Câmara, embora, tudo fazemos e faremos para defender os interesses das pessoas. Dando o exemplo do meu colega, Rogério Bacalhau, em Faro, se ele tivesse que levar com todos os problemas de saúde que afligem, nomeadamente, o centro hospitalar, quer dizer, e tem sido muitos, ele certamente, que faz aquilo que pode também, junto da tutela, e eu farei também, aponto aqui o dedo à tutela e acho que o tratamento que nos estão a dar, ao nível da disponibilidade de recursos humanos, na área da saúde, é manifestamente, insuficiente.” -----


6

A

----- A vereadora Dalila Barros solicitou a palavra e solicitou que ficasse em ata o seguinte: *“O senhor falou muito bem, em palavras, palavras, palavras, mas não vejo atos nenhuns. O senhor não resolve os nossos problemas, o senhor tem que ir mais longe do que ir à ARS, tem que ir à luta. Ir à ARS não resolve nada. Vá para os jornais, vá para a televisão, vá mais longe.”* -----

----- O vereador Paulo Paulino solicitou a palavra para referir: *“Este executivo tem investido no turismo como nunca foi feito. Todos os dias chegam e todos os dias saem turistas de Alcoutim, isto fruto da comunicação que tem sido feita de Alcoutim, enquanto destino turístico, estimulado desta forma, tudo o que é consumo a nível de restauração, hotelaria, alojamentos locais, artesanato, pousadas da juventude e por aí fora. Apoiamos e continuamos a apoiar todas as empresas que chegam a Alcoutim e que cá se queriam instalar. Dou o exemplo das centrais fotovoltaicas, que cá têm chegado. Andamos com elas de mãos dadas no sentido de tentar abrir portas, e no sentido, portanto, de resolver os problemas, ultrapassando tudo dentro da legalidade, como é obvio, mas nunca voltando costas, a todas as dificuldades que vão surgindo. E procuramos sempre encontrar forma de ultrapassar estas questões. Damos e temos dado preferência aos nossos fornecedores locais. Isto tem como objetivo, tentar torna-los mais fortes, para que criem empregabilidade, de forma a que as empresas não fechem, de forma em que se tornem cada vez mais ricas, de forma a que cada vez mais exista algum tecido económico, que haja atividade económica no nosso concelho. Relativamente a outra questão, a questão da habitação, investimos nesta área, compramos terreno, vamos avançar com construção de habitação em Alcoutim, vamos avançar com a questão da urbanização em Martim Longo. Isto apenas, com um único objetivo, fixar pessoas em Alcoutim, criar condições para que as pessoas se fixem. Outro ponto, a questão da comunicação, a forma como estamos a comunicar Alcoutim. Nós comunicamos Alcoutim pela positiva, o que nós queremos dizer é que Alcoutim é um concelho bom, que é um concelho que vale a pena visitar, é um concelho que vale a pena cá estar. Isto senhora vereadora, são todas elas medidas para combater a questão da desertificação, que a senhora vereadora à pouco disse que nada fizemos durante estes quatro anos que cá estamos.”* ---



R

----- O vereador José Pereira interveio para repudiar o referido anteriormente uma vez que considera que os grandes investimentos a este nível foram realizados durante os mandatos anteriores, referindo-se à Praia Fluvial, a recuperação da Zona Ribeirinha, os Arruamentos da Vila, Castelo e ao impulsionamento das Festas de Alcoutim -----

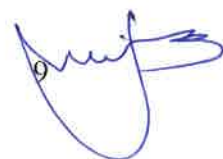
----- Relativamente a estas situações, o vereador Paulo Paulino frisou que não se pode comparar o que se fez num mandato com o que se fez em cinco exemplificando com o projeto do parque de campismo e do espaço de autocaravanas, com o que os empresários da região referem *“que estão a duplicar faturas, que tenho um hotel que abriu dia 23 de março, que a data do dia 8 ou 9 de setembro, que me disseram que está como uma taxa de ocupação de 85%, com quartos vendidos, durante todo o mês de agosto, a 95 euros.”* -----

----- A vereadora Dalila Barros proferiu o seguinte discurso: *Ponderei muito, antes de vir, dizer aquilo, que quero dizer a seguir. Na última reunião referi a liberdade de expressão e de opinião, mas não referi que essa liberdade é também o respeito pelos outros, os senhores na última reunião também disseram que não se reviam no que eu tinha dito, mas talvez se revejam no que eu vou dizer a seguir. Ao longo destes 20 anos do Francisco Amaral, tive que sofrer na pele, muitas coisas feitas pelos senhores, vou dizer aqui, porque não sou capaz de ir para as redes sociais. Relativamente à associação “A Moira” foram feitas pelos senhores várias queixas ao IGAT, como fossemos uns saltimbancos, uns bandidos, como se não fossemos pessoas honestas, como se não trabalhássemos, como não fizéssemos tudo em prol do concelho de Alcoutim. Tenho a minha consciência tranquila, que enquanto fazendo parte da Moira, faço tudo pelo concelho de Alcoutim. Não é o concelho onde nasci, mas é o meu concelho de vida, e queria que vocês entendessem isso de coração. Mais, vi várias vezes em órgãos de comunicação social, referências às casas do Sr. Abílio e do José Carlos, e queixa no IGAT sobre a minha casa. Eu quero que isto tudo fique em ata. Eu quero que o povo de Alcoutim saiba o que se passou, porque não sabem. Quero que vocês tenham consciência do que fizeram. Os ordenados dos secretários, dos adjuntos, o meu ordenado na internet, porquê? Quando vocês hoje mantêm os mesmos ordenados. Porque é*


8

que vocês faziam isso? Nós não fomos capazes, nem eu, nem o José Carlos, durante estes 4 anos, de vos fazer seja o que for. É essa a diferença que existe entre vocês e nós. É muito grande. Quem me colocou nesta Câmara, contrariamente ao que os senhores possam pensar, não foi o Francisco Amaral, foi o Dr. Rego, antigo subdiretor da Agricultura do Algarve, que por acaso é do PS. Agora, os senhores esquecem-se daquilo que fazem hoje. pergunto eu, será que não fazem a mesma coisa que faziam antes? Os outros, os outros que depois foram para a internet, será que não faziam? Mas o que é que fiz aos senhores, para que estas coisas possam acontecer? É perseguição política? Porquê?. Meus senhores, eu lamento tudo o que tem acontecido, ao longo destes anos. Vou vos dizer sinceramente, porque deve ser a última reunião que eu tenho convosco. Em relação ao meu trabalho, vocês sabem que podem contar a 100% comigo. Mas a minha amizade é impossível, porque foi de tal forma drástico, que eu não consigo aceitar, há coisas que me magoaram para a vida."

----- Em resposta o vereador José Galrito usou da palavra para referir: Eu quero aqui, com o devido respeito, pois não quero aqui fazer objeções de princípio. Quando fala aqui de vocês, vocês, eu penso que isso se deve de facto aqui, algumas coisas foram vocês, agora nesse conjunto de coisas, eu se calhar aqui com os meus colegas de bancada, não nos revemos minimamente nessas coisas. Mas agora, vocês, e jogá-los todos aí, para dentro do mesmo saco, pôr tudo ao mesmo nível, nesse conjunto de acusações que está a fazer, eu tenho que saltar fora do saco. Com o devido respeito, aquelas que eu fiz estão devidamente assinadas por mim. Não sei fazer cartas anónimas. Nunca fiz uma carta anónima. Nunca mandei recados para fazerem cartas anónimas. Aquelas que eu fiz, e que eu pedi aos instrutores, como a casa do vereador José Carlos, para nós era completamente desconhecido se tinha licenciamento ou se não tinha. Quem levantou aqui a questão, foram os inspetores do IGAT, que levantaram essa questão, se a gente quis que as coisas fossem mais a frente, é outra coisa. As minhas cartas foram assinadas, todas por mim, nunca mandei recados pela internet. Nunca escrevi na internet, nem lá nada que se pareça. Nunca fiz cartas anónimas, nem mandei fazer, aquelas que eu fiz tem lá a minha chapa. Agora jogar tudo para um saco, que eu não cabo lá, isso aí não."-----



R

----- Sobre o mesmo tema o Vereador Paulo Paulino referiu: *"Eu só quero referir aqui duas situações. E, já agora vereadora Dalila, é assim, quando a vereadora diz que não tem nada a ver com o passado, que não estava cá. Eu também não tenho nada a ver com o passado, pois também não estava cá, eu faço parte da comissão política do partido socialistas, há 8 anos, de há 8 anos para cá, alguma coisa que tenha acontecido, eu também faço parte e também sou responsável disso. Agora da tentativa de atropelamento, parece que sou responsável por isso, eu fiz alguma coisa para que isso acontecesse. Doutora, não me revejo minimamente nisto. Cartas anónimas, outra situação. Não faz parte da minha forma de vida utilizar meios do género, para atingir quem quer que seja. Isto é o que eu quero que fique aqui perfeitamente claro, e que não me revejo minimamente nestas situações, que provavelmente, remontam a alguns anos atrás, para os quais eu não me revejo minimamente."* -----

----- O presidente, no uso da palavra, e ainda sobre a intervenção da vereadora, disse: *"Pode haver aqui também, certamente coisas que, no calor da discussão, e no entusiasmo, há coisas que são feitas com as quais outras pessoas podem não concordar. Eu nisto aqui há uma coisa que eu quero dizer, porque é a única coisa, que de alguma forma eu estive envolvido, mas pelo lado da censura. Foi aqui nesta questão da publicação dos salários. Eu uma vez, vi uma coisa destas e disse à pessoa, que não concordo, eu não concordo com isto, isto é uma coisa pública, isto não é segredo nenhum, isto é público, e andar a fazer este tipo de política, este tipo de campanha, isto só nos afeta. Eu vi isso, e a minha posição foi essa, isto é uma coisa que a nós só nos prejudica, não nos beneficia em absolutamente nada. E foram estas as minhas palavras. Em relação ao resto, do IGAT, isto são coisas que eu desconheço completamente. Nunca tive, muito menos esta questão aqui de uma suposta perseguição, ou de uma tentativa de atropelamento. E se sabe quem foi, eu penso que nessa altura, com o devido respeito, devia de ter feito queixa às autoridades, porque isto é uma coisa grave. Eu não me revejo minimamente nestas coisas, senhora vereadora, acredito que possa estar revoltada, efetivamente, e não estou aqui duvidando daquilo que acabou de dizer que lhe aconteceu. Agora o que eu quero é demarcar-me totalmente e absolutamente de tudo isto que aqui disse, porque eu não tenho nada a ver com isto. Tal como o*

R

vereador Paulo, nós, o partido socialista temos um histórico de 40 anos, pós 25 de abril, teve uns anos na Câmara, e depois teve 20 anos em oposição, eu sei que durante esses 20 anos, houve muita conversa, houve muitas coisas. Eu sei algumas das coisas que se passaram desde 2009, mais concretamente, desde o dia 4 de julho de 2009, e daí para trás, sinceramente, e quem me conhece, sabe perfeitamente, que eu andei sempre afastado destas lides, destas coisas. Agora se quisermos ver as coisas com verdade vamos por aí, agora se quisermos apontar ao vulto e disparar em todas as direções, eu demarco-me completamente de tudo aquilo que acabou de dizer, não foram da minha responsabilidade. Sobre estas situações, e repito, a única situação que eu tive aqui conhecimento, demarquei-me logo na altura, e até porque aquilo era uma situação, que nos prejudicava em termos daquilo que foi, que poderia ser a eventual campanha eleitoral. Não é falando mal das outras pessoas que nós podemos puxar pelos nossos valores. Isso é um princípio que eu tenho, não é uma coisa que eu aprendi aqui, nem com recomendações das reuniões de Câmara, nem com ninguém, isto aprendi eu no berço, isto faz parte da minha educação. Não é falando mal de ninguém que eu puxo pelos meus valores." ---

----- O Vereador José Pereira referiu ainda, que durante toda a sua vida sentiu represálias e perseguições motivadas pela política. Nomeadamente por ser filho de José Rosa Pereira. Dando como exemplos, a entrada no ensino escolar que teve que ser fora da sua residência, e mais recentemente, com a distribuição de cópias em Martim Longo de faturas emitidas ao Município de Castro Marim por serviços por si prestados. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º172) respeitante ao dia 12 de setembro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.300.960,02; -----

----- Operações Orçamentais - € 996.663,58; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 296.884,29. -----



R

----- Foi dado igualmente conhecimento à Câmara Municipal: -----
Aquisições de Bens e Serviços superiores a € 5.000,00 entre o período de 17 de
de agosto a 06 de setembro de 2017; -----
Cópia da documentação da reunião da Assembleia Municipal, a realizar no
próximo dia 15 de setembro.-----

----- **APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ATA N.º 16/2017:** O sr. presidente
pôs à discussão a: -----

----- **Ata n.º 16/2017**, da reunião pública ordinária, realizada no dia 26 de
julho de 2017, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes.

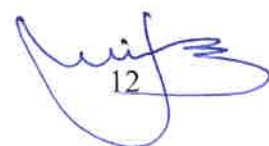
----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2
(dois) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr.ª. Dalila Barros, aprovar
a referida Ata.-----


----- Pelos vereadores do PSD foi apresentada a seguinte declaração de
voto: *“Abstemo-nos, por causa das solicitações que fizemos e depois de ouvir
a ata, omite algumas das referências que eu considero necessárias, para
esclarecer os assuntos, e estou a falar nomeadamente do assunto da saúde que
foi afluído na reunião de Câmara.”* -----

----- **PROPOSTA N.º 202/2017 – EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE
CONDUTAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A PESSEGUEIRO –
APROVAÇÃO DE MINUTA DE CONTRATO - RATIFICAÇÃO:** Foi
presente uma proposta do sr. presidente Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à
presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido
da Câmara Municipal no sentido da Câmara Municipal deliberar ratificar o
despacho de aprovação da minuta de contrato da Empreitada de execução de
Condutas de Abastecimento de Água a Pessegueiro, proferido em 24 de agosto
de 2017, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º
75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade
aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 203/2017 – EMPREITADA DE REMODELAÇÃO**


12



DO ANTIGO EDIFÍCIO DAS FINANÇAS DE ALCOUTIM – LIBERAÇÃO PARCIAL DE GARANTIA BANCÁRIA: Foi presente uma proposta do sr. vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à aprovação da Liberação Parcial de Garantia Bancária n.º 72005751202 de 10% na importância de € 2.423,49, referente ao 5.º ano, emitida pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Coimbra, S.A, ficando libertado na totalidade o valor da garantia bancária. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 204/2017 – EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DO ANTIGO EDIFÍCIO DAS FINANÇAS DE ALCOUTIM – LIBERAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à aprovação da Liberação Parcial de Reforço de Caução de 10% na importância de 3.283,20 €, referente ao 5.º ano, para restituir à firma Jobipiso Construção Civil e Obras Públicas Lda, ficando o valor do reforço de caução totalmente restituído à firma. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 205/2017 – ANAS – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALGARVE E HUELVA - DISSOLUÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

1. Aprovar a dissolução da ANAS – Associação de Municípios do Algarve e Huelva (ANAS), atentos aos fundamentos acima expostos; -----
2. Mandatar o presidente da Câmara, para representar o Município em todas as matérias e atos relacionados com a referida dissolução, designadamente na assembleia geral da ANAS, para deliberar sobre a sua dissolução; -----


13

3. Mandatar o presidente da Câmara, em representação do Município, outorgar a escritura de dissolução da ANAS; -----

4. Submeter a presente proposta a aprovação da Assembleia Municipal; -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 206/2017 – EMPREITADA DE EXECUÇÃO DE CONDUTAS DE LIGAÇÃO ENTRE O SISTEMA EM ALTA E SISTEMAS EM BAIXA NO CONCELHO DE ALCOUTIM – REVISÃO DO PROJETO PARA ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO DE EMPREITADA:**

Foi presente uma proposta do sr. vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

1. Que seja aprovada a revisão do projeto de execução de Condutas de Ligação entre o Sistema em Alta e Sistemas em Baixa no concelho de Alcoutim (Tacões, Alcaria Alta, Fonte Zambujo, Pão Duro, Castelhanos e Laborato), nos termos da informação técnica; -----

2. Que seja aberto concurso público para a empreitada de execução de Condutas de Ligação entre o Sistema em Alta e Sistema em Baixa no concelho de Alcoutim; -----

3. Que o procedimento seja conduzido por um júri constituído por: **PRESIDENTE** – Chefe de Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamento, Ambiente e Serviços Urbanos (Henrique siu Fang Hou), **EFETIVOS** - Técnico Superior (Paulo de Jesus Fernandes Pereira) e Técnico Superior (Jorge Filipe Maria da Palma), **SUPLENTE**S – Coordenadora Técnica da Secção Administrativa de Obras Municipais, Particulares e Loteamentos Urbanos (Rosa Maria Dias Gonçalves Lourenço) e Técnico Superior (Nelson Barão Teixeira Gonçalves). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 207/2017 – ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA À SANTA CASA DA**


14

R

MISERICÓRDIA DE ALCOUTIM – MANUTENÇÃO DO CARRO FUNERÁRIO: Foi presente uma proposta do senhor presidente Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro atribuir uma comparticipação financeira, no valor de 143,91€ (cento e quarenta e três euros e noventa e um cêntimos), à Santa Casa da Misericórdia, para fazer face com despesas de manutenção do carro funerário. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 208/2017 – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA PREVISTO NO ARTIGO 13.º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA ZONA INDUSTRIAL DE ALCOUTIM, LOTE 3, JANGADA DIVERTIDA, LDA:**

Foi presente uma proposta do sr. vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara deliberar: -----

I. Nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento Municipal da Zona Industrial de Alcoutim conceder 3 (três) meses à entidade Jangada Divertida – Transporte Marítimo e Terrestre de Passageiros, Lda, para entrega do projeto, referente ao lote 3, nos serviços competentes do Município; -----

II. Notificar a entidade Jangada Divertida, Lda da deliberação que recair sobre a presente proposta e nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do mesmo Regulamento, solicitar a liquidação no prazo de 15 dias após a comunicação pela Câmara Municipal, o valor de 233,50 € (duzentos e trinta e três euros e cinquenta cêntimos), correspondendo a 20% do preço do lote. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Drª. Dalila Barros, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 209/2017 – PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA ENTREGA PREVISTO NO ARTIGO 13.º DO REGULAMENTO**

15



R

MUNICIPAL DA ZONA INDUSTRIAL DE ALCOUTIM, LOTE 4, JANGADA DIVERTIDA, LDA: Foi presente uma proposta do sr. vereador Paulo Paulino, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara deliberar: -----

I. Nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento Municipal da Zona Industrial de Alcoutim conceder 3 (três) meses à entidade Jangada Divertida – Transporte Marítimo e Terrestre de Passageiros, Lda, para entrega do projeto, referente ao lote 4, nos serviços competentes do Município; -----

II. Notificar a entidade Jangada Divertida, Lda da deliberação que recair sobre a presente proposta e nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do mesmo Regulamento, solicitar a liquidação no prazo de 15 dias após a comunicação pela Câmara Municipal, o valor de 223,90 € (duzentos e vinte e três euros e noventa cêntimos), correspondendo a 20% do preço do lote. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Drª. Dalila Barros, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 210/2017 – PROCEDIMENTO PARA NOMEAÇÃO DE REVISOR OFICIAL DE CONTAS:** Foi presente uma proposta do senhor presidente Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar face ao disposto no n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RALEI), conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, propor à Assembleia Municipal autorização prévia para a nomeação do auditor externo, designadamente a entidade DFK & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A, como responsável pela certificação legal de contas individuais do Município de Alcoutim pelo valor global de 14.670,00 € (catorze mil seiscentos e setenta euros), acrescido de IVA à taxa em vigor, para os anos de 2017, 2018 e 2019.-

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- PROPOSTA N.º 211/2017 – 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO (GOP) PARA 2017:

Foi presente uma proposta do senhor presidente Osvaldo Gonçalves, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

I. Aprovar ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a 3.ª Revisão ao Orçamento Municipal e Grandes Opções do Plano – 2017 e; -----

II. Para efeitos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do mesmo diploma legal, delibere ainda, submeter a presente proposta e a deliberação que recair sobre a mesma, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Dr.ª Dalila Barros, aprovar a referida proposta. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não existiram quaisquer intervenções.-----

----- **MINUTA DA ATA:** Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara ordinária de 13 de setembro de 2017, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supracitado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. --

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas treze horas e doze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. -----

O presidente



O Secretário

